

Conselho propôs exame de fim de curso

No campo das reformas institucionais, a principal realização do Ministério da Educação (MEC) foi a aprovação da Medida Provisória que criou o novo Conselho Nacional de Educação (CNE), em substituição ao antigo Conselho Federal de Educação. Entre as inovações presentes no estatuto do CNE, destacam-se a introdução dos testes de final de curso para os alunos de graduação, como parte do processo de avaliação das instituições. Da mesma forma, as escolas de ensino superior terão de passar por credenciamentos periódicos junto ao CNE, quando terão sua qualidade acadêmica avaliada.

O governo também conseguiu aprovar o projeto que muda o processo de escolha dos reitores das universidades federais. A partir de 1996, o peso dos professores nas eleições dos reitores não poderá ser inferior a 70%.

O MEC estabeleceu a meta de concluir as reformas básicas na estrutura do sistema educacional nos dois primeiros anos de governo. Em 1996, a atenção do ministro e de sua equipe deve se voltar para a redefinição curricular das escolas de 2º grau. De acordo com a proposta do ministério, que será submetida a aprovação do CNE até o mês de agosto, as duas últimas séries do chamado ensino médio serão direcionadas para cinco diferentes áreas do conhecimento, à escolha do aluno: Ciências Sociais, Ciências Exatas, Ciências da Vida, Artes e Comunicação, Humanidades e Informática.

(A.T.)